

**ESCOLA NORMAL DO DISTRITO FEDERAL:  
POR TRÁS DA MODERNIDADE CIVILIZATÓRIA DA CIDADE DO  
RIO DE JANEIRO  
(1911 - 1920)**

**Heloisa Helena Meirelles dos Santos<sup>1</sup>**

**Tempos modernos**

Os novos tempos trouxeram consigo a *electricidade*, o automóvel e o *telephone*, os tecidos finos, os *boulevards*, o calçamento das ruas e os palacetes, o aeroplano, o *poudre de riz*, o *theatro* e o *cinematographo*, a propagação de práticas desportivas, o surgimento do mercado fonográfico e a popularização da fotografia entre outras novidades. Eram definitivamente tempos modernos.(SOUZA, 2008, p.52).

As reformas na cidade do Rio de Janeiro eram discutidas na cidade pelos transeuntes, pela imprensa, nos bondes, nos quiosques e nos cafés para mostrar ao mundo, através da capital federal, uma nação moderna, industrializada, civilizada que pudesse estar no mesmo nível da França ou da Inglaterra.

A cidade vivia novos tempos. Cortiços e casas pobres foram derrubados<sup>2</sup>, ruas estreitas e insalubres desapareceram. Foram criadas a Avenida Central, a Avenida Francisco Bicalho, a Avenida Rodrigues Alves, a Avenida Maracanã e a Avenida Beira-Mar, todas elas criadas para interligar o centro administrativo e o porto aos bairros da cidade e parecerem-se com os *boulevards* parisienses. Ruas como a Larga de São Joaquim<sup>3</sup>, a estrada ou caminho do Catete<sup>4</sup>, a da Vala<sup>5</sup>, a da Carioca<sup>6</sup>, foram alargadas para facilitar a circulação de transportes e pessoas. Para inserir a cultura, dentre tantas reformas no mapa arquitetônico da capital federal, foram construídos o Teatro Municipal (1909), o Palácio Monroe (1906), a Biblioteca Municipal (1910) e a Escola Nacional de Belas Artes (1908). Ao mesmo tempo, os habitantes dos cortiços e da área do cais Pharoux foram empurrados para longe do centro e para os morros<sup>7</sup>. Nem todas as reformas foram realizadas somente para embelezar a cidade aos que chegavam,

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED- UERJ). Contato: helohmei@gmail.com

<sup>2</sup> Ver ROCHA (1995)

<sup>3</sup> Atual rua Marechal Floriano (GONÇALVES, 20004).

<sup>4</sup> A atual rua do Catete era conhecida por estrada ou caminho do catete. Catete na língua tupi significa água de mata verdadeira (GONÇALVES, 2004).

<sup>5</sup> Em 1865 recebe o nome de Uruguaiana em homenagem à tomada da cidade do mesmo nome, durante a Guerra do Paraguai (GONÇALVES, 2004).

<sup>6</sup> Recebe essa denominação em 1848, anteriormente era chamada rua do Egito (GONÇALVES,2004)

<sup>7</sup> A ação do governo não se fez somente contra os seus alojamentos: suas roupas, seus pertences, sua família, suas relações vicinais, seu cotidiano, seus hábitos, seus animais, suas formas de subsistência e de sobrevivência, sua cultura. Tudo, enfim, é atingido pela nova disciplina espacial, física, social, ética e cultural imposta pelo agente reformador (SEVCENKO, 2010, p.82)

de modo a perceberem, à primeira vista, uma cidade moderna. O embelezamento, ou a tentativa de imitar uma cidade civilizada europeia, tinha, também, razões profiláticas e higienistas.

A grande epidemia de febre amarela de 1850, na cidade do Rio de Janeiro, foi, talvez, a principal causa de tantas mudanças, sejam topográficas, arquitetônicas, de hábitos e culturais que a partir dela existiram. A epidemia foi provocada, segundo o Dr. José Pereira Lopes<sup>1</sup> (1851), que a acompanhou e estudou,

[pelas] diferenças completas observadas em nossa constituição climaterica no anno de 1849, caracterizada por uma secca de que não ha exemplo há muito tempo; pelo calor ardente que nos flagelou no estio, pela falta de trovoadas na mesma estação, e ausência das virações para a tarde quasi constantes no Rio de Janeiro; a chegada de imensos aventureiros que se destinavam á Califórnia, e que aqui desembarcavam e percorriam todas as nossas ruas, sem que medidas algumas sanitárias a seu respeito se tomassem, não obstante saber-se quevinham de paizes em os quaes reinavam moléstias epidêmicas gravíssimas; o ingresso de Africanos pela mór parte accomettidos de moléstias graves trazidos para o seio da população, e accumulados em pequenos espaços "mal arejados e pouco assejados"; o desembarque de grande numero de estrangeiros, que vinham entre nós estabelecer-se, e consequentemente a agglomeração e augmencnto, rápido da população; o predomínio de affecções gástricas mais ou menos graves durante todo o anno; o aparecimento para os últimos mezes de algumas febres gástricas com preponderância de phenomenos ataxicos e typhoideos no começo do estio, dando lugar á grandes fusões purulentas e a formação mesmo de abscessos enormes junto das articulações: tudo reunido ao abandono em que estava a nossa hygiene publica, ao estado deplorável das nossas vallas de despejo e de nossas praias, ao desenvolvimento de incessante emanção de miasmas infectos pelo gráo excessivo de calor no estio, fazia presumir ou antes acreditar no apparecimento para o outono de alguma epidemia grave mais ou menos mortífera, si por acaso semelhantes condições durassem (p.1-2)<sup>2</sup>.

Após a “grande febre epidêmica” (ibidem), grandes alterações foram sentidas nas tradições culturais da sociedade carioca, todas com o objetivo médico-preventivo. As primeiras transformações na cidade projetavam extirpar hábitos coloniais que afetavam quaisquer das medidas de prevenção até então tomadas. Desse modo, até alguns ofícios de rua desapareceram. João do Rio (2008) cita, na cidade do Rio de Janeiro, os seguintes ofícios exercidos na rua, parte deles extintos ou enclausurados em cubículos, por medidas, oriundas do surto epidêmico de 1850, sugeridas pelos médicos: desapareceram ambulantes, caixeiros,

---

<sup>1</sup> Cavaleiro das Ordens-Imperiais da Rosa e de Cristo, Doutor em Medicina pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, formado em Cirurgia pela Academia Médico-Cirúrgica, membro titular da Academia Imperial de Medicina, membro honorário do Ginásio Brasileiro, membro efetivo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, e da Amante da Instrução, correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (LOPES, 1951,p.capa)

<sup>2</sup> Obedecida a grafia original da fonte.

pintores marcadores, os “*camelots* de livros”, os músicos ambulantes e ficaram enclausurados os “urubus” cujo trabalho cotidiano era o lidar com a morte.

Na verdade, a cidade começa a transformar-se inclusive nos “hábitos de enterramento”, criando-se cemitérios (Caju e São João Baptista), à época considerados fora do périplo da cidade, para não contaminar o habitante, e proibindo enterramento nas igrejas ou arredores, face à higienização do espaço (RODRIGUES, 1997).

Anos após a instauração da república, e ainda com um projeto civilizatório para realizar, as medidas normativas profiláticas permaneceram, incorporaram-se até, em muitos casos, às tradições citadinas do Rio de Janeiro. Medidas essas, revigoradas por outras, que além de higienizarem, modificaram hábitos e aspectos topográficos, expressos em um reordenamento topográfico e social imenso. Em 1893, a derrubada do cortiço Cabeça de Porco<sup>1</sup>, iniciou um processo social que evoluiu moradias populares, meios de transporte, especulação imobiliária, vacinação periódica, desbastamento e aterramento de morros, etc.<sup>2</sup>

De algum modo, portanto, no correr dos primeiros anos do século XX, em razão de um aprofundamento das experiências empreendidas durante o século XIX, pouco a pouco foi se delineando a concepção de que para a erradicação das epidemias já não bastava diagnosticar, isolar e tratar os doentes. Passava a ganhar proeminência a ideia de que as práticas de saneamento deviam se preocupar com um trabalho de prevenção a ser imposto à capital (SILVA, 2011, p.15).

As mudanças empreendidas, no entanto, não deviam ser só sentidas concretamente, como por exemplo, com o alargamento de ruas ou desmonte de morros, mas também sentidas de forma simbólica, inaugurando novos rituais, como a Batalha das Flores, no Campo de Santana, reformado por Glizou, nos oitocentos. A Batalha das Flores<sup>3</sup>, assim como o curso<sup>4</sup>, foram criados pelo cronista mundano Figueiredo Pimentel através da seção “Binóculo” do jornal *Gazeta de Notícias*. Figueiredo tornou-se, a partir de 1907, o “oráculo da beleza”: ditava

---

<sup>1</sup> Cabeça de Porco era o maior cortiço da cidade, localizado na Rua Barão de São Félix, 154. Tinha, à entrada, uma grande cabeça de porco que servia de arcada e propaganda. Passada a entrada, um corredor central ladeado de centenas de casas pequenas (CHALOUN, 1996).

<sup>2</sup> “O bonde vai desempenhar papel importante, estimulando a ocupação de áreas mais distantes. A cidade inicia sua reurbanização, surgindo uma nova variável: a especulação imobiliária” (ROCHA, 1995, p.27).

<sup>3</sup> Era uma feira para auxiliar nas obras da Igreja de Sant' Ana, na Rua das Flores, no largo em frente ao quartel General na Praça da Republica. Em um texto de Lima Barreto, ele se refere que seria tapeação o motivo dessas feiras com as chamadas barraquinhas de Santo Antonio ou de Sant'Anna e que elas seriam exploradas sem o destino de ajudar a finalização das obras da Matriz de Sant'Anna. A mesma fonte relata comentários em jornais da época contra as jogatinas que rolavam nas barraquinhas. E relata que as prendas eram principalmente patos, galinhas, marrecos e porcos ou cabras, fitas, potes e rendas. Seria um lugar escuro, barracas iluminadas por lampiões fumacentos a querosene, palavras de Lima Barreto que, quando menino, frequentou diversas dessas feiras. (MARQUES, 1983)

<sup>4</sup> Corso era um desfile de carruagens enfeitadas – e, posteriormente, de automóveis sem capota –, repletos de foliões que percorriam o eixo Avenida Central-Avenida Beira-Mar.

moda, fazia advertências, ministrava curso de como usar luvas... Todo carioca distinto, elegante e bem informado lia “Binóculo” (DIDIER, 2005). Também tradições de cunho religioso, como a festa da Penha e o jongo, passaram a ser perseguidos pela polícia e tidos como marginalizados (RIO, 2008).

Na Escola Normal, materialmente, era o novíssimo relógio a vácuo que mostrava materialmente a modernidade aos passantes, substituindo o antigo sino, para marcar a entrada e saída dos estudantes. Outro item dos novos tempos do prédio público escolar era a luz elétrica, que iluminava o pequeno pátio externo. Segundo o diretor, em ofício à Instrução Pública, essa modernidade fazia com que o orçamento escolar fosse extrapolado<sup>1</sup>. Os adereços agregados à arquitetura do “próprio”<sup>2</sup> escolar deveriam mostrar a civilidade e probidade da instrução pública.

Para acompanhar as transformações civilizatórias da capital<sup>3</sup>, houve uma alteração educacional que tinha por objetivo a melhoria da Instrução Pública brasileira nos novos tempos: a Reforma Rivadávia Corrêa<sup>4</sup>, que foi implementada na Escola Normal pelo Decreto nº 838, da Prefeitura do Distrito Federal, de 20 de outubro de 1911. Essa reforma foi expressa no educandário pelo Regulamento de 1912, trazendo a autonomia institucional, que passou legalmente a existir, dentre outras modificações. Desde a criação da Escola Normal e, principalmente, após a confecção do Regulamento de 1881, pela Congregação<sup>5</sup>, ter autonomia era um desejo dos professores intelectuais que a compunham. Desejo esse que apenas foi alcançado naquele momento de mudança, quando puderam escolher, dentre seus pares, o diretor da instituição de formação de professores.

O eleito pela Congregação, por “vinte e dois votos contra um”, para dirigir a Escola Normal, foi o médico e político Thomaz Delfino dos Santos (1860-1947), catedrático de Pedagogia (SILVEIRA, 1954, p.39). Ele disputou o cargo com o Professor Pedro Barreto Galvão, catedrático de Física e Química, responsável pela implementação dos Gabinetes dessas Cadeiras na Escola Normal da Capital Federal, em 1890 (SANTOS, 2009). A gestão do eleito durou dois anos, como determinava a legislação, mas a autonomia da Congregação de poder escolher o diretor do educandário acabou logo depois da gestão de Thomaz Delfino.

---

<sup>1</sup> Ofício nº107 e nº 132/1899.

<sup>2</sup> Prédio público.

<sup>3</sup> O Distrito Federal era tido como espelho para a nação brasileira.

<sup>4</sup> Decreto nº 8.659, de 5 de Abril de 1911.

<sup>5</sup> Ver SANTOS (2011) para compreender o papel da Congregação na Escola Normal.

A sociedade, em transição, urbanizava-se. O capitalismo cada vez mais consolidava-se na capital federal e a formação de professores adequava-se às transformações da cidade do Rio de Janeiro, através das normas do Regulamento da Escola Normal<sup>1</sup>. O documento indicava, em suas disposições transitórias, no Artigo 144, as novas prioridades políticas do Distrito Federal para o curso de quatro anos de formação de professores: o ensino como formação profissional.

Continuavam fazendo parte da formação de professores os cursos de Ciências e Letras e Artes, como fora desde a criação da Escola Normal. Uma das novidades trazidas foi a alteração do quantitativo de professores (Artigo 59), que passou a ser composto por vinte e quatro professores catedráticos, no Curso de Ciências e Letras, e dez professores catedráticos, efetivos, no Curso de Artes. Os docentes comuns aos dois cursos (Ciências e Letras e Artes) passaram a ser: um professor de Caligrafia, um professor de Ginástica, um professor de Álgebra, uma professora de Trabalhos de Agulha, um professor de Desenho Linear, um professor de Francês, um professor de História do Brasil e Instrução Cívica e um professor de Economia Nacional, História da Indústria e Indústria contemporânea.

Os docentes privativos do curso de Ciências e Letras (Artigo 59 § 2º) foram a partir daquele momento: um professor de Português, um professor de Português e Literatura Nacional, um professor de Francês, um professor de Aritmética, um professor de Geografia Geral e Corografia do Brasil, um professor de História Natural e Higiene, um professor de História Geral e da América, um professor de Pedagogia e um professor de Física e Química. Para o curso de Artes, os docentes privativos foram: um professor de Música, um professor de Desenho de Ornato e Figura e um professor de Trabalhos Manuais.

Ao discutir a história das disciplinas escolares, Santos (1990, p.21) refletiu que elas devem ser interpretadas em função das mudanças sociais, políticas e econômicas que estavam ocorrendo ao serem criadas, assim, posso inferir que no Programa de Ensino da Escola Normal de 1913, vinculado à reforma Rivadávia, as Cadeiras de Física e de Química deveriam abordar as aplicações à indústria de modo que, com a vulgarização dos conhecimentos científicos, fossem eles aplicados à modernidade que as indústrias traziam e que se desejava refletir a partir da formação de professores.

---

<sup>1</sup> O Regulamento de 1912 expressava as normas administrativas, pedagógicas e de disciplina para alunos, professores e a Congregação da Escola Normal do Distrito Federal, face à Reforma de 1911.

As novas disciplinas<sup>1</sup> de Economia Nacional, História da Indústria e Indústria Contemporânea foram organizadas de modo a, certamente, atender os novos tempos de urbanidade e industrialização, aliadas à modernização civilizatória. Essas transformações precisavam ser entendidas e partilhadas pelo povo do Rio de Janeiro, o que deveria ser feito através da educação de seus futuros professores. Eles levariam esse conhecimento aos alunos nas escolas públicas elementares e nas escolas públicas de 1º e 2º graus.

Dentre as modificações metodológicas, a forma do ensino das disciplinas também foi alterado: Instrução Cívica e Noções de Direito Constitucional desapareceram enquanto Cadeiras, mas os conteúdos passaram a fazer parte do programa de ensino de História do Brasil. É possível supor que tais conhecimentos tivessem seu teor provavelmente reduzido, de modo a poderem ser incluídos no programa de História. Como o número de aulas da matéria não foi alterado, ainda que o conteúdo a ser ministrado, com os acréscimos da outra Cadeira, tenha aumentado, é possível que o legislador, ao introduzir estas disciplinas na Cadeira de História do Brasil, em momento de consolidação do regime republicano, pensasse como José Veríssimo (1985), professor da Escola Normal e seu antigo diretor por duas vezes (em 1910 e em 1913), que “o aluno deveria conhecer as instituições, as leis, os deveres que se impõe a um e a todos, ter noção do dever cívico para com a Pátria” (p.56). Houve também uma recomendação para que, na Cadeira de História da Civilização, fosse dada ênfase à História da América, o que pressupõe que havia necessidade de conhecer melhor os vizinhos de continente, o que pelos programas anteriores não ocorria.

É possível refletir, também, que a recomendação do Programa de Ensino da Escola Normal, em 1913, para que a Cadeira de História Natural trabalhasse com as aplicações à indústria, nos conhecimentos de Botânica e Zoologia, estaria, provavelmente, dando visibilidade a conhecimentos dessa área, para um público maior, face à valorização da fauna e da flora brasileiras, pelos inúmeros viajantes<sup>2</sup> que o Brasil vinha recebendo, desde o século anterior. Igualmente é crível supor, que os conhecimentos ministrados em História Natural deveriam incorporar-se, às necessidades industriais, que eram necessárias ao desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial, porque, dessa forma, flora, fauna e conhecimentos científicos ganhariam destacado papel no currículo escolar, o que efetivamente ocorreu.

---

<sup>1</sup> Disciplina no sentido de Chervel (1990) “matéria de ensino suscetível de servir de exercício intelectual [...], quando a evolução da sociedade e dos espíritos permite contrapor à disciplina literária uma disciplina científica” (p.179 - 180).

<sup>2</sup> Ver também MANIZER (1967).

Ampliaram-se também, as noções de Anatomia e Psicologia Humanas, ciências que estavam se desenvolvendo. Os conhecimentos de Anatomia e Psicologia seguiam, segundo indícios no Programa de Ensino, as novas orientações metodológicas, europeias e norte-americanas. É possível supor que, como os estudos de Dècroly, Dewey, Binet, Kilpatrick, Maria Montessori e Ferrière estavam sendo expandidos, comentados e experimentados desde os últimos anos do século XIX, essas novidades pedagógicas tivessem chegado ao Brasil<sup>1</sup> e especialmente aos professores da Escola Normal, face à extensa rede de sociabilidade mantida dentro e fora do país. A essa hipótese alia-se o fato de Ferrière ter fundado, em 1899, o “Bureau International des Écoles Nouvelle”, em Genebra, o que mais rapidamente teria feito circular os novos conhecimentos daquela instituição (PEIXOTO, 1933, p.258).

Orientava-se, ainda, no Programa de Ensino, que as Cadeiras de Pedagogia e de Psicologia considerassem especialmente a Psicologia Infantil, de modo que a formação dos professores tivesse uma moderna base científica. Ora, Manoel Bonfim, em 1906, havia criado no *Pedagogium* o primeiro laboratório escolar de Psicologia, baseado nos estudos de Alfred Binet e Théodore Simon, dois estudiosos franceses do desenvolvimento da inteligência e da cognição. É provável que esses estudos, também realizados no Rio de Janeiro nesse laboratório montado no *Pedagogium*, após uma viagem pedagógica de Bonfim, precisassem ser urgentemente difundidos na capital e refletidos no país.

Aumentou-se, também, o pessoal administrativo da Escola Normal, de modo a poder dar conta da burocracia que passou a existir com a ampliação de três novas seções burocráticas na Instrução Pública, a partir de 1911<sup>2</sup>: um chefe de seção (servindo de secretário), um 1º oficial; um 2º oficial, dois amanuenses, um preparador (além do preparador de Física e Química haveria mais um, de História Natural), um porteiro, seis inspetores (tantos quantos forem necessários e extranumerários<sup>3</sup>) e dois contínuos.

Durante o impedimento de um professor, ou no caso de vaga na docência, descrevia o Regulamento que regeria a Cadeira outro professor da escola, indicado pelo diretor e aceito pela Congregação. Na impossibilidade deste procedimento, o diretor, com a aprovação da Congregação, designaria um professor, estranho à instituição, que tivesse notória competência.

---

<sup>1</sup> Segundo Mignot e Gondra (2007) as viagens pedagógicas impulsionam a circulação de conhecimentos, assim como as Exposições Universais.

<sup>2</sup> “A Reforma na Instrução Municipal”. “Acha-se quase concluída a reforma administrativa na Diretoria Geral da Instrução. A reforma creará mais uma secção denominada “Inspectoria e Estatística Escolar”[...] com a criação da futura secção a Diretoria Geral ficará dividida em três secções a saber: “Expediente”, “Contabilidade” e “Inspectoria e Estatística Escolar”[...] (A Noite, 23/08/1911, p.2, obedecida a grafia original).

<sup>3</sup> O funcionário extranumerário era contratado por um tempo determinado para funções específicas.

Isso deu à Congregação um poder maior do que já possuía, passando a ser responsável pela admissão e demissão do corpo docente, ainda que não pudesse mais escolher o diretor do educandário, o que em 1914 foi modificado.

A Congregação de professores, nessa reforma, respondia solidariamente com o diretor nos "actos a que tiver dado seu assentimento" (art. 149º), o que lhe conferia, de direito, um poder que já possuía, de fato, desde a criação da Escola, ainda no Império: selecionando Cadeiras a serem ministradas, os itens do conteúdo de cada uma delas e decidindo a metodologia a ser empregada. Enfim, detendo o poder pedagógico e administrativo da Escola Normal.

Todas essas mudanças na Escola Normal, viabilizadas através do Regulamento de 1912 e do Programa de Ensino de 1913, buscavam valorizar as ciências e, junto a elas, a modernidade civilizatória republicana, tornando a sede do país, a cidade do Rio de Janeiro, catalisadora e espelho na formação de professores, o que colocaria o Brasil na perspectiva do progresso. Tais alterações permitiram, também, compreender os “entrelaçamentos dos cenários urbanos com os educacionais que foram sendo construídos no período” (SILVA, 2012, p.128).

### **Escola profissional: moderna perspectiva da educação**

O prédio da Escola Normal do Distrito Federal, na Praça da Aclamação nº 52, reformado pelo Engenheiro Pereira Passos, após a extinção da Escola Primária da Freguesia de Sant’Anna, que fora obra do arquiteto Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, estava situado em lugar de destaque e prestígio, cercado por prédios dos governos municipal e federal e pela Estação Ferroviária<sup>1</sup>. A Escola Normal para ali se transferira em 1888, quando o número de alunos matriculados e a posição de importância do educandário não mais permitiram que o educandário dividisse instalações com a Escola Politécnica, no Largo de São Francisco. O momento era outro e as necessidades do regime também.

Durante o Império, era importante que, através da formação de professores, se educasse o povo, fazendo-o participar, através da leitura e de hábitos “civilizados”, da construção da

---

<sup>1</sup> A estação ferroviária foi fator decisivo de ligação entre o centro e o subúrbio. “[...] em 1910, a E. F. Central do Brasil oferecia 202 horários de trens para a zona oeste de Inhaúma. Comparando com o total oferecido em 1890, notamos um aumento de 220%. Levando em consideração apenas os “trens de subúrbios”, eles somavam 170 horários, dos quais, metade partia do centro e a outra metade dos subúrbios, diariamente” (MYIASAKA, 2011, p.40).

nação, meta, também, desejada pela república. Nessa nova fase de consolidação do regime, era necessário demonstrar a modernidade através do aparelhamento da mão-de-obra de brasileiros (brancos, negros e mestiços) e dos inúmeros imigrantes, que foram chegando ao longo do tempo, para as novas funções trazidas pela urbanidade, pela industrialização, pelas novas ciências que se materializavam e pelo papel da mulher que começava a se modificar. Era preciso atender ao capitalismo que avançava rapidamente, ao progresso que se pretendia demonstrar e aos novos “ares” da civilidade europeia que se pretendia imprimir à cidade do Rio de Janeiro.

Começava o ano de 1914 e a Escola Normal via-se às voltas, outra vez, com mudanças. Dessa vez mudança para dar espaço maior à Escola Profissional Feminina<sup>1</sup> que crescia no mesmo ambiente físico onde estava instalada a Escola Normal. Desde o ano anterior, no mesmo prédio da formação de professores, fora criada a 2ª Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêa. Era uma nova instituição educativa, para o alunado feminino, que já nascia apoiada nos marcos do capitalismo urbano que se desenvolvia, na cidade do Rio de Janeiro, que se acreditava, se civilizava como uma nova Paris.

No começo do século XX, a então capital da república, mimetizava a *belle époque* parisiense, nela se festejavam as atrizes francesas (Sarah Bernhardt), a vida mundana das confeitarias e cafés (Confeitaria Colombo, Cave, entre outras menos famosas), a moda parisiense (em lojas como a “Parc Royal”, templo da moda na “*belle époque*” carioca). A cultura predominante no período era a da modernidade, eminentemente urbana, que tornou a cidade do Rio de Janeiro um arquétipo de uma nova ordem mundial e se torna, ela própria, tema e sujeito das manifestações culturais e artísticas (SOUZA, 2008, p.59).

As escolas profissionais, inseridas na modernidade urbana, visavam o atendimento às moças e aos rapazes pobres que ali se instruíam no ensino primário e aprendiam técnicas profissionais para o trabalho no lar, no comércio que aumentava, e nas indústrias que surgiam, enfim, nos novos postos de trabalho que cresciam, de acordo com o progresso capitalista que se consolidava na capital da república. Essas escolas profissionais passaram, então, a ser o *locus* privilegiado para o incremento de uma política de instrução urbana que envolvia a cidade como um todo, e a escola em particular, em tempos de moderna estrutura civilizatória com novos hábitos culturais.

<sup>1</sup> “Os Institutos e as escolas profissionais começaram a ser criadas no município do Rio de Janeiro, ainda no século XIX, se consolidando nas primeiras décadas do século XX como uma possibilidade de formação de mão-de-obra para uma sociedade republicana que se instituiu e que se pretendia moderna; e no caso das meninas também como uma escola de formação doméstica.” BONATO, Nailda (disponível em [www.historia.fcs.ufrj.br/.../da%20costa\\_bonato.doc](http://www.historia.fcs.ufrj.br/.../da%20costa_bonato.doc) Acesso 20/12/2012).

Goodson (1995, p.78-79) explica que é importante que se conheçam as transformações da sociedade, e os conflitos que daí advém, para definir quem a escola deve formar, o que permite refletir que a Escola Profissional era parte das estratégias do Estado para obter a necessária mão-de-obra nos novos serviços e nos postos surgidos com a acelerada urbanização.

Face aos diversos cursos oferecidos, o educandário feminino precisava cada vez mais de espaço para as salas ambiente<sup>1</sup>. Por essa razão, a Escola Profissional acabou por ficar com todo o prédio da Escola Normal. Além disso, o quantitativo de alunos na Escola Normal havia diminuído, enquanto as Cadeiras ali ministradas aumentaram; os salários dos professores formados, que poderia ser um estímulo às matrículas, eram baixos e as poucas escolas oficiais primárias existentes não tinham como absorver, anualmente, o número de normalistas formados.

Comenta Nunes (1993), ao explicar a Reforma de 1911 e as consequentes alterações geradas, que:

Esta mudança exigiu a intervenção não só nos aspectos materiais da escola, o que envolveu a produção de um novo espaço com prédios e material didático pertinente aos novos objetivos educacionais, mas também em seus aspectos simbólicos, pois a escola, mais do que novas carteiras, quadros ou salas era um estado de espírito (p. 183).

Em 1914, a Escola Normal do Distrito Federal foi transferida, por falta absoluta de espaço físico para funcionar, para a Rua São Cristóvão nº 18, em parte de terreno anteriormente aterrado ao Mangue de São Diogo. Todo o espaço do prédio da Rua da Aclamação nº 52 ficou para a 2ª Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêa. No Estácio, tendo por vizinhas as favelas, instaladas nos Morros de São Carlos e Matos Rodrigues, e a zona do baixo meretrício ocupada pelas “polacas”, a Escola Normal do Distrito Federal começou a funcionar fora do círculo de poder que a Praça da Aclamação conferia às instituições ali sediadas.

---

<sup>1</sup> O curso profissional, oferecido nas escolas profissionais femininas e masculinas, segundo o Decreto nº 981, de 2 de setembro de 1914, abrangia nas escolas femininas a aprendizagem de: modelagem, gravatas, bordados à mão e à máquina, desenho, pintura, gravura, costura à mão e à máquina além de cortes, litografia, fotografia, escrituração mercantil, datilografia, estenografia, tipografia (brochura e encadernação), telegrafia, rendas à mão e à máquina, flores e suas aplicações, chapéus e coletes para senhoras, etc. (Art. 26, 27 e 30)

## **Por trás da modernidade: Rua São Cristóvão nº 18, Estácio**

A planificação da cidade deveria primeiro responder às necessidades higiênicas (tornando-se, assim, livre das epidemias), econômicas e de especulação imobiliária (principalmente no Centro e região sul); para, somente depois, atentar para as demais questões presentes no cotidiano da maioria da população (SILVA, 2012, p.129).

Desde o século XVII, o caminho que se tomava para ir do centro da cidade do Rio de Janeiro para os bairros suburbanos de São Cristóvão, Engenho Velho e Andaraí Pequeno era feito através da Rua Matacavalos. A trajetória seguia então pela Estrada Mataporcos, até o local conhecido como Largo de Mataporcos, depois designado, no século XIX, Largo do Estácio.

O Largo do Estácio era um entroncamento, onde o caminho se bifurcava. Seguindo-se a bifurcação esquerda, ia-se ao Caminho do Engenho Velho; para a direita, tomava-se o caminho do bairro de São Cristóvão. Até a primeira metade do século XX, o Largo do Estácio era o principal ponto de entroncamento que ligava o centro da cidade à zona norte.

No Largo do Estácio e início da Rua de São Cristóvão, situava-se a Escola Modelo Estácio de Sá<sup>1</sup>, na Cidade Nova. O educandário apresentava uma arquitetura “sem estilo definido, resultando da associação de formas oriundas de diferentes estilos” (SISSON,1990, p.68). Fazia parte das escolas construídas no início do século XX, e por conta disso, “não possuía afastamento frontal, e tinha fachada assimétrica” (ibidem p. 69), sem grandes ostentações ou rebuscamentos estéticos. A escola tinha uma construção praticamente na rua, onde o portão lateral era a única entrada. Poucos metros distanciavam os pedestres das salas onde, pela altura das janelas, se impedia uma visão ampla das ruas, impedindo, também ao transeunte, ter visão das atividades escolares. O estudo da arquitetura dos prédios escolares (WOLFF, 1992; VIÑAO, 1995; FARIA FILHO e VIDAL, 2000) tem mostrado que, à vista do passante, o espaço escolhido para educar transparece a nobreza das intenções do ato educativo assim como a estabilidade da administração pública.

As estruturas do mundo social não são um dado objetivo [...] são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras (CHARTIER, 2002, p.27).

---

<sup>1</sup> Houve grande alteração topográfica com a construção do Metrô, inaugurado em 1980, em sua estação Estácio. A Rua São Cristóvão passou a denominar-se Joaquim Palhares e a Escola Modelo Estácio de Sá foi demolida assim como inúmeros outros prédios.

Esse espaço geográfico era bastante diferente do que ocupava a Escola Normal do Distrito Federal, na Praça da Aclamação, onde existia um pequeno jardim bem cuidado que separava o prédio da rua. O bairro para onde foi transferida a instituição educativa foi nomeado para homenagear o fundador da cidade do Rio de Janeiro, Estácio de Sá<sup>1</sup>. A região geográfica, com a rua homônima, passa a denominar-se Estácio de Sá a partir de 1865, quando deixa de ser designada como Mataporcos<sup>2</sup> por conta de um matadouro ali existente. Essa rua iniciava-se na Rua Conde D’Eu, geograficamente mais próxima ao centro administrativo da cidade do Rio de Janeiro.

A Cidade Nova, designação que engloba o Estácio e arredores, tem um histórico cultural muito peculiar por ser o berço do samba carioca, tal como hoje se conhece. Lopes (2005) identifica na “Pequena África”, no início do século XIX, o nascimento do samba. Com o crescimento da cidade e arrasamento dos cortiços, os Morros de São Carlos e Matos Rodrigues, daquela região, receberam os moradores despejados<sup>3</sup> que, através da religião dos negros, inicialmente, criam o ritmo hoje denominado samba. Além disso, as “habitações populares coletivas”<sup>4</sup> fora das encostas dos morros, eram ainda os cortiços, o tipo de habitação coletiva mais encontrado na cidade, as estalagens, as avenidas, as casas de cômodos e as vilas operárias.

Nesse momento o tecido social da cidade encontrava-se esgarçado, com um enorme contingente de marginalizados que deviam ser “civilizados” para o surgimento de uma cidade moderna que se construía, com uma elite privilegiada e com indivíduos que transitavam entre

---

<sup>1</sup> Ruas próximas também são frutos de homenagens à família do fundador da cidade: Mem de Sá, Salvador de Sá. Outras tiveram a denominação alterada por mudança do regime político: de Rua do Conde d’Eu, para Rua Frei Caneca.

<sup>2</sup>“Coberta de lagoas, pântanos e restingas a Cidade Nova era uma região extra-muros da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Dessa planície restou enorme mangal alagado, de marés salgadas, desde os areais do Capueruçu até São Cristóvão, e que se constituía de três diferentes porções: mangal do Capueruçu, mangal de Mataporcos e mangal de São Diogo.[...] Essa parte era coberta, quase toda, de enegrecido e repugnante lodaçal, na qual vivia, em casebres e palhoças, uma população de humildes operários e trabalhadores fugidos dos cortiços derrubados no centro. Fizeram-se, então, obras aterrando e dissecando grande porção dos antigos mangues. Nesse aterrado, e com as frentes voltadas para Matacavalos e Mataporcos instalaram-se grandes chácaras, que se desmembraram no começo do século XIX para dar espaço às vias públicas e à casaria da Cidade Nova[...] . O antigo mangue da Cidade Nova [...] foi transformado em canal navegável, reconstruído, em 1805. Com essa reconstrução, foi estendido até Mataporcos – Estácio de Sá – o aterramento para tornar mais rápido o transporte de hortaliças, gêneros alimentícios, tijolos, telhas e outras utilidades que vinham do sertão para a cidade”.(GONÇALVES, 2004, p.294)

<sup>3</sup> A demolição dos prédios foi iniciada com pessoas ainda habitando. Foram 654 prédios destruídos. (SEVCENKO, 2010, p. 69).

<sup>4</sup> As “habitações populares coletivas”, segundo conceito de Carvalho (1995) são aquelas que, “dentro do mesmo terreno ou do mesmo teto abrigavam famílias distintas que se constituíam em unidades sociais independentes”(p. 133 apud ROCHA, 1995).

um espaço social e outro. Nesse local diferenciado foi instalar-se, a contragosto, a Escola Normal.

Das janelas do educandário, os alunos e professores que visualizavam a Praça da Aclamação e todos os movimentos que passaram à história, como a abolição e a república, passam a conviver homens e mulheres pobres que junto aos normalistas dividia o espaço das ruas.

Os operários vêm talvez mal-arranjados, com a lata do almoço presa ao dedo mínimo. Alguns vêm de tamancos. Como são feios os operários ao lado dos mocinhos bonitos de ainda há pouco! Vão conversando uns com os outros, ou calados, metidos com o próprio eu. As raparigas ao contrário: vêm devagar, muito devagar, quase sempre duas a duas, parando de montra em montra, olhando, discutindo, vendo... (RIO, 2008, p.63).

No Estácio ficavam, a poucos metros do educandário e da favela<sup>1</sup>, as casas de prostituição representadas pelas “polacas”<sup>2</sup> que ali vendiam seu corpo, então denominadas “mulheres públicas”. Essas mulheres foram um contraponto ao recato das normalistas da Escola Normal, mas de certa forma faziam parte dos “ensinamentos” recebidos pelos normalistas homens, ao tempo de sua formação educacional, como lembra o educador e ex-normalista de 1919, Paschoal Leme (2004):

Era o período da complementação da iniciação sexual, da "descoberta da mulher" e, naturalmente, esse problema constituía uma das preocupações marcantes entre nós. Acrescia que aquele contato com mais de dois milhares de jovens de outro sexo, de todas as procedências e tipos de educação, com a familiaridade e a proximidade física que se estabelecia diariamente, nas salas de aula, nos próprios bancos escolares, nos recreios, exacerbava ainda mais as manifestações dessa natureza; criava um ambiente da atividade ruidosa e descuidada de namoros, amores, paixões intensas, intrigas amorosas, brigas, ciúmdadas e reconciliações, trocas de juras através de versos e encontros reais.[...] Alguns rapazes já estavam completamente iniciados nas práticas do chamado "amor carnal", do sexo; outros, ensaiavam suas experiências, procurando informações com que pudessem vencer as dúvidas ainda existentes, que assaltavam os mais tímidos ou reprimidos pelos preconceitos e restrições da educação familiar. Eu me incluía entre estes últimos, pois me repugnava esse contato mercenário, que me parecia macular um sentimento que a imaginação juvenil e poética idealizava; "amor", atração pelo outro sexo, deveria corresponder a alguma coisa de "sublime", de "puro", que não se coadunava com a descrição que os já iniciados faziam de seus encontros com as mulheres da "zona", como dizíamos então, onde

<sup>1</sup> As favelas no Rio de Janeiro se caracterizaram por concentrar, nos morros que circundavam a cidade, a população pobre expulsa com o “bota-abaixo” e as que sem condições precisavam morar perto do serviço. Os morros da Providência, de Santo Antônio, São Carlos, dentre outros, transformaram-se, assim, em locais de moradias populares, substituindo os cortiços derrubados no centro da cidade e na zona portuária.

<sup>2</sup> As “polacas” ainda que assim designadas, não eram de maioria judia. Ver MENEZES(1992) e KUSHNIR(1996).

<sup>3</sup> Designação do espaço ocupado pelas casas de prostituição.

satisfaziam as premências de suas glândulas exacerbadas, pelas descargas dos hormônios. Éramos levados em passagens furtivas por aquelas ruas, onde apreciávamos eletrizados a nudez daquelas mulheres, as chamadas "francesas", mas na realidade "polacas", com seus enormes seios e coxas à mostra, a nos fazer sinais amistosos e que nos atendiam, quase maternalmente, com a compreensão que às vezes tinham do verdadeiro privilégio com que faziam a iniciação daqueles bisonhos rapazes nos segredos do sexo, exercendo com invulgar dignidade a chamada "mais antiga das profissões do mundo (p.121-122).

As “polacas”, como mulheres judias, ou assim se dizendo, “marginalizadas em sua dupla condição de imigrante e de fora-da-lei” (KUSHNIR, 1996, p.20), tinham a difícil tarefa de serem “públicas” e também estavam inseridas no âmbito da história cultural do entorno da Escola Normal do Distrito Federal, no início do século XX. A prostituição das “polacas”<sup>1</sup> ocupava um grande número de casas e ruas nessa região, e deu ao lugar, até hoje, ao nome que antes já tivera: Mangue, ainda que a prostituição utilizasse neste comércio do corpo feminino casas desde a Avenida Mem de Sá.

### **Um currículo ampliado da cultura escolar: o currículo “ocultado”<sup>2</sup>**

Elias (1994), ao abordar no estudo do processo civilizatório, “o controle, a restrição e o ocultamento dos ardores” (p.187), apresenta as prostitutas como parte de “um grupo profissional como qualquer outro, mas escondidas em lugar próprio e bem definido da vida pública da cidade” (p. 177). A cidade do Rio de Janeiro as escondera, mas, com a acelerada urbanização, com o reordenamento de espaços, com os aterramentos dos mangues e o aumento populacional e, também, com a mudança da Escola Normal, as expusera a um novo consumidor: os normalistas. E, ao expô-las, sem delas falar, pelo “ocultamento” social da profissão, a Instrução Pública e a imprensa passam a atentar para as influências que daí poderia advir<sup>3</sup>.

Assim para, provavelmente, diferenciar os normalistas dos consumidores habituais das “mulheres públicas”: filhos dos antigos “barões do café”, antigos aristocratas, parentes e os próprios políticos do Distrito Federal (VICENT, 2006, p.93), foi estabelecido, pelo Decreto nº 1678, de 5 de janeiro de 1915, o uniforme escolar obrigatório. No ano seguinte, pelo Decreto

---

<sup>1</sup>O termo “polaca”, utilizado para identificar a prostituta judia, nem sempre era atribuído corretamente. As mulheres “polacas” podiam ser confundidas com francesas (e era “chic” ser iniciado na vida sexual por uma francesa), polonesas, austríacas ou russas (VICENT, 2006).

<sup>2</sup> Não estamos tratando, aqui, do currículo oculto, mas do “ocultamento” das “mulheres públicas” do entorno escolar e a introdução do “ensinamento” dessas mulheres na formação docente masculina dos alunos da Escola Normal do Distrito Federal.

<sup>3</sup> Para as autoridades municipais do Rio de Janeiro o importante era manter as prostitutas longe das linhas de bondes, dos centros comerciais e de cidadãos respeitáveis.[...](VICENT, 2006, p.90).

nº 1059, de 14 de fevereiro, o curso noturno foi extinto. As razões da extinção podem se explicadas pela imitação das Escolas Normais europeias, que não tinham curso noturno ou podem, talvez, vir do cronista boêmio João do Rio (1995), que conhecia as noites nas ruas do Rio de Janeiro na Cidade Nova:

A alma da rua só é inteiramente sensível a horas tardias. Há trechos em que a gente passa como se fosse empurrada, perseguida, corrida — são as ruas em que os passos reboam, repercutem, parecem crescer, clamam, ecoam e, em breve, são outros tantos passos ao nosso encaicho. Outras que se envolvem no mistério logo que as sombras descem [...] (p.5).

Essa região do Estácio tinha toda uma cultura singular, marginalizada, estigmatizada e distante dos antigos círculos de poder da elite, que se apresentou como contraponto do recato, do pudor e das “boas maneiras” que a Escola Normal ensinava, pregava e tinha por meta desde a sua criação. A população que ali morava não tinha sido apenas expulsa do centro, tinha sido obrigada a vacinar-se contra a vontade para não ser presa. Tinha brigado nas ruas ao ter o domicílio violado por medidas sanitárias. Tinha vivido os desmontes dos morros como desmontes da vida, dos hábitos, da intimidade do lar. Era uma população pobre e por pobre entendia-se vagabundo. Diz Chaloub (1996) que, como o pobre não conseguia acumular riquezas, era visto como não tendo a virtude de ser um trabalhador, de ter o vício da ociosidade. Por isso, a classe pobre era tida como viciosa, de modo que vício era sinônimo de pobreza e vagabundagem. Esses eram os vizinhos da escola Normal. Além dos pobres, havia as “mulheres públicas”, com suas janelas e portas abertas, a mostrar o corpo interdito nos ensinamentos, nas carteiras escolares, nos uniformes, nas disciplinas ministradas.

Desde fins do século XIX, uma vida noturna de diversões, — marcada por segregações de classe e de gênero —, começou a ser articulada exatamente na mesma região que concentrava muitas moradias coletivas (SCHETTINI, 2009, p.59).

A instituição continuava, no entanto, ao longo dos anos em que ali permaneceu<sup>1</sup>, a enfrentar o grande problema ocorrido a partir da mudança do seu endereço: sem entender a cultura popular do seu entorno, dentro do sistema coerente e autônomo que essa cultura possuía, a negativava, desqualificando-a, porque funcionava “numa lógica alheia e irreduzível à da cultura letrada” (CHARTIER, 1995, p. 179).

A grande mudança na formação de professores, a partir da reforma educacional de 1911, foi passar a conviver com uma cultura diferenciada, tida por marginal, avessa aos

---

<sup>1</sup> A Escola Normal só vai sair da Cidade Nova em 1930, aos acordes da revolução, para o prédio mandado fazer pelo Prefeito Antônio Prado Júnior, à Rua Mariz e Barros nº 273.

requintes civilizatórios da elite, que dela tinha medo<sup>1</sup>. Uma cultura que diferia do que era o cerne dos ensinamentos privilegiados e elitistas do educandário. A Escola Normal, no Estácio, por trás da urbanização civilizatória da cidade, ao tornar-se vizinha dos morros e da prostituição, provocava para ela e para o entorno, conflitos e embates de representação, colocando-se em confronto com as “classes socialmente perigosas”. O espaço público, dividido entre o educandário, a favela e as casas de prostituição, onde a marginalidade era fruto de culturas heterogêneas e distintas agrupadas, incompreendidas entre si, e de interesses diferenciados, provocaram com o tempo, matérias de jornal que denunciavam a imoralidade, a permissividade e a falta de decoro escolar. Todas as notícias antecipando um fato catalisador na Escola Normal, que afinal aconteceu em 1920.

Houve intervenção da Instrução Pública, dias após o fato, exonerando o diretor da instituição, professor Ignácio Azevedo Amaral e nomeando uma mulher, a primeira a dirigir no Brasil uma Escola Normal<sup>2</sup>, a inspetora-escolar do 2º Distrito, Esther Pedreira de Mello, para “moralizar” a instituição<sup>3</sup>. Mas essa solução durou apenas cinquenta e quatro dias, sem alterar os problemas da Escola Normal do Distrito Federal.

## **Conclusão**

Por conta da grande epidemia de febre amarela, a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar-se topográfica e arquitetonicamente sob a égide das medidas profiláticas. Mas tais medidas não eram, por si só, suficientes. Havia que se (re) construir uma cidade aos moldes europeus de modo a, no regime que se implantou a partir de 1889, mostrá-la moderna, civilizada e urbana ao país e ao mundo, como reflexo da atualidade do regime republicano que se consolidava.

Desde o governo Rodrigues Alves, enfática e celeremente, a cidade do Rio de Janeiro modernizava através de reordenamento urbano e de alterações nos hábitos e costumes da população, tidos por medidas “civilizatórias”. Tais mudanças, acompanhadas pelos governos seguintes ao de Rodrigues Alves, foram transformando a cidade não só topograficamente como também culturalmente, pois que velhas tradições, hábitos e aspectos sociais foram extintos ou modificados de modo a tornar o Rio de Janeiro uma “nova Paris”.

A Escola Normal, situada no centro do poder administrativo da cidade, na Praça da Aclamação, desde 1888, era ladeada por ministérios, diretorias e a estação ferroviária. Era um

<sup>1</sup> Mattos (2008) explica que o medo era construído pela imprensa citadina que dava “ênfase aos conflitos ocorridos nas favelas no contexto das reformas urbanas”(p.99).

<sup>2</sup> A mulher nomeada em 1920 foi Esther Pedreira de Mello (1880-1923), que administrou a instituição por 54 dias.

<sup>3</sup> “[...] única capaz de substituir em benefício da instrução pública e da moralidade administrativa, o diretor demissionário[...]”(Correio da Manhã, 17/09/1920, p.3).

monumento arquitetônico usado pelos regimes, imperial e republicano, para demonstrar a austeridade do poder público, a moralidade das intenções educativas e a preocupação com a educação do povo.

A reforma de 1911, na Instrução Pública, além de incluir Cadeiras novas ao programa de ensino da formação de professores da Escola Normal do Distrito Federal, adequando-o às novas políticas de urbanização, industrialização e modernidade da cidade do Rio de Janeiro, ocupa, em 1913, com outra instituição de ensino, destinada à profissionalização feminina, o espaço físico institucional. No ano seguinte, a escola de formação de professores é transferida para um local sem o entorno de prestígio social anterior.

O reordenamento urbano, iniciado com a epidemia de febre amarela e com a derrubada do maior cortiço da cidade, nos oitocentos, incorreu em “redimensionamento dos espaços de tempos sociais” (SILVA, 2011,p.28), que afetou a formação docente na Escola Normal do Distrito Federal, ao mesmo tempo em que esta formação afetava o relacionamento entre o poder público e os habitantes, especialmente nos espaços geográficos mais atingidos pelas consequências do reordenamento urbano, como a Cidade Nova. Esse espaço geográfico tinha por habitantes, nos morros, os refugiados do “bota-abaixo” e de outras providências de cunho profilático tomadas pelo poder público, como a vacinação obrigatória. Uma parte desse espaço geográfico era ocupado com casas de “mulheres públicas” que, ocultadas da visão da cidade, atendiam os frequentadores desde a Rua Mem de Sá, por trás do Mangue de São Diogo.

Com a transferência para a Cidade Nova, a Escola Normal sai de um espaço público de prestígio para outro, das vítimas das modernidades da cidade, passando a conviver diuturnamente com uma cultura diferenciada, que o educandário julgava marginal e inapropriada à instituição.

No novo espaço físico da Rua São Cristóvão, no Estácio, os valores e significados da Escola Normal, expressos na cultura escolar vivenciada até então no centro político da cidade do Rio de Janeiro, ao interagir com a cultura e as representações do entorno geográfico, provoca tal embate que a escola de formação de professores tem que ser, ao longo dos anos, “moralizada” pelo poder público.

Durante todo o período de 1914 a 1920 a Escola Normal sofreu uma sistemática campanha da imprensa para que a Instrução Pública “moralizasse” a instituição, a quem se atribuíam todos os desmandos ocorridos no entorno, desqualificando-a.

Essa “moralização” só vai ocorrer em 1920, quando é nomeada a inspetora-escolar Esther Pedreira de Mello para dirigir a Escola Normal do Distrito Federal, em um período de pós- primeira guerra mundial, onde mulher ganha espaços de poder legitimado no tecido

social. Mas a gestão moralizadora dura apenas cinquenta e quatro dias e não resolve o problema surgido com a transferência institucional.

### Referências bibliográficas

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. (AGCRJ) Fundo/coleção: Prefeitura do Distrito Federal/RJ; *Coleção fotográfica (1903-1958)* Autor: Augusto Malta.

ARQUIVO NACIONAL. Periódico *A Noite*, edição de 21 de agosto de 1911.

\_\_\_\_\_ Periódico *Correio da Manhã*, edições de 19 de abril de 1920, 17 de setembro de 1920 e 5 de março de 1923.

BARRETO, s/ano. Texto incompleto. A nova classe dos cirurgiões (Manuscrito da Biblioteca Nacional, coleção Lima Barreto) in *O Globo*, Caderno Prosa e Verso, 25 de setembro de 2010, p.2.

\_\_\_\_\_ Recordações do Escrivão Isaías Caminha. São Paulo: Brasiliense, 1976.

BONATO, Nailda. A Escola Profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica. Caxambu: 27<sup>a</sup> ANPED, 2004 Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt02/t028.pdf> Acesso em 19/11/2012.

\_\_\_\_\_ *O Instituto Profissional Feminino no Rio de Janeiro republicano: a formação de mão-de-obra nas primeiras décadas do século XX.* (s/local e s/data) Disponível em [www.historia.fcs.ufrj.br/.../da%20costa\\_bonato.doc](http://www.historia.fcs.ufrj.br/.../da%20costa_bonato.doc) Acesso 20/12/2012.

CARVALHO, Carlos Delgado. *História da Cidade do Rio de Janeiro.* (Biblioteca Carioca, vol. 6) Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular” revisitando um conceito histórico. *Estudos Históricos*, vol.8, nº 16, 1995 pp.179- 192.

\_\_\_\_\_ *Entre Práticas e Representações.* Viseu, Portugal: Difel, 2002.

CHERVEL, A. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Revista Teoria e Educação*, Porto Alegre, v.2, 1990. pp. 177-229

DIDIER, Carlos. *Orestes Barbosa: repórter, cronista e poeta.* Rio de Janeiro: Agir, 2005.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador.* Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

FARIA FILHO, Luciano e VIDAL, Diana. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, maio / ago. 2000. Disponível em: [http://189.1.169.50/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14\\_04\\_LUCIANO\\_MENDES\\_E\\_DIANA\\_GONCALVES.pdf](http://189.1.169.50/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_04_LUCIANO_MENDES_E_DIANA_GONCALVES.pdf) Acesso em 2 de maio de 2009

\_\_\_\_\_ et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FERNANDES, N. da Nobrega. Os militares e o espaço do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geopolítica. Scripta Nova. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (27). Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-27.htm> Acesso em 20/11/2011

GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GONÇALVES, Aureliano Restier. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: Terras e fatos*. Edição Comemorativa dos 110 anos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria das Culturas/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro/Divisão de Pesquisa, 2004.

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. *Regulamento da Escola Normal do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Papelaria Mendes, 1912.

\_\_\_\_\_. *Regulamento da Escola Normal 1916*.(Decreto 1059 de 14 de fevereiro de 1916) Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C.

\_\_\_\_\_. *Programmas de Ensino para o anno de 1913*. Rio de Janeiro: Empresa Photo-Mechanica do Brasil, Rua da Quitanda, 165, 1913.

\_\_\_\_\_. *Programmas de ensino para o anno de 1915*. Rio de Janeiro: Oscar N. Soares, Rua do Ourives, 60. 1915.

\_\_\_\_\_. *Correspondências (1880-1890)*

KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras. Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LEMME, Paschoal, *Memórias de um educador: Paschoal Lemme.*, vol.1,2ª ed., Brasília: Inep,2004.

LOPES, Nei. A presença africana na música popular brasileira. *Revista Espaço Acadêmico* n°50 – Julho/ 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Magistério: Identidade, História Representação. In CATANI, Denice Bárbara... [et al]. *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras Editora, 1997. pp.73-82

MANIZER, Guenrikh Guenrikhovitch. *A expedição do acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil, 1821-1828*. Trad: Oswaldo Peralva, 1ª Edição Vol. 329, 1967 Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/117/A-expedicao-do-academico-G-I-Langsdorff-ao-Brasil-1821-1828> Acesso em 21 de dezembro de 2012

MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas para construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na primeira república*. Tese (Doutorado em História Social). Niterói: UFF, 2008.

MENEZES, Lená Medeiros. *Os Estrangeiros e o Comércio do Prazer nas Ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional,1992.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio e GONDRA, José Gonçalves (Orgs.).*Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007.

MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890 – 1910)* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

NUNES, Clarice. *A escola redescobre a cidade: reinterpretação da modernidade pedagógica no espaço urbano carioca (1910-1935)*. Tese de Concurso (para Professor Titular). Niterói: UFF, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

PALMA FILHO, J. C. *Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed.* São Paulo: PROGRAD/UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60.

PAULILO, André Luiz. Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos 1920. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 23, n. 46, 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-1882003000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-1882003000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 19 de dezembro de 2012.

PEIXOTO, Afrânio. *Noções de História da educação*. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, vo. V, série III). São Paulo: Companhia Editora Nacional, Gusmões, 1933.

PIZARRO E ARAUJO, Joze de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do estado do Brazil, dedicadas a el-rei Nosso Senhor D. João VI*. Tomo IV. Rio de Janeiro, na Impressão Regia, com licença de Sua Magestade, 1820.

REGO, José Pereira. *Historia e Descrição da Febre Amarella Epidemica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1851.

RIO, João. *A Alma Encantadora das Ruas*. Paris: Garnier, 1908 In: RIO, João. *A Alma encantadora das ruas*. Raul Antelo (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro (1870/1920)* e CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro (1866-1902)*. 2ªed. Coleção Biblioteca Carioca vol. I, Série publicação científica. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, 1995.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos Mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Coleção Biblioteca Carioca, vol.43 Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, 1997.

SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. *Pelos Vapores do Progresso: a implantação dos Gabinetes de Física e Química na Escola Normal da Capital Federal (1890-1892)*. *Anais... IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino- americana*. Rio de Janeiro: SBHE/ UERJ, 2009.

\_\_\_\_\_. *Congregação da Escola Normal: da legitimidade outorgada à legitimidade (re) conquistada. (1880-1910)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

SANTOS, L. L. de C. P. *História das disciplinas escolares: perspectivas de análises. Teoria e Educação*. Porto Alegre, n. 2, p. 21-29, 1990.

SCHETTINI, Vera. *"Que Tenhas Teu Corpo": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. (Atualidades Pedagógicas, vol. 94) São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

SILVA, João Carlos da. Utopia Positivista e Instrução Pública no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.16, p. 10 - 16, dez. 2004 Disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis16/art2\\_16.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis16/art2_16.pdf) Acesso em 16 de janeiro de 2013.

SILVEIRA, Alfredo Balthazar da. *História do Instituto de Educação*. Rio de Janeiro, DF: Instituto de Educação, 1954.

SILVA, José Cláudio Sooma. Cidade Maravilhosa: Encontros e desencontros nos projetos de remodelação urbana da capital entre 1902 e 1927. *Sinais Sociais / SESC*, Departamento Nacional - Vol. 1, n. 1 (maio/ago. 2006). Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2006 pp.10-51.

\_\_\_\_\_ e PAULILO, André Luiz. Urbanismo e educação na cidade do Rio de Janeiro dos anos 1920: aproximações. *Revista de Educação Pública (UFMT)*, v. 21, p. 127-143, 2012.

SISSON, Rachel. Rio de Janeiro, 1870/1945: Escolas Públicas do Primeiro Grau. Inventário, tipologia, história. pp. 63 – 78 *Arquitetura Revista* v. 8. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

SOUZA, Fernando Gralha de. *A Belle Époque Carioca: Imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Minas Gerais: UFJF, 2008.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 3ªed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, n. 0, p. 63-82, 1995.

VINCENT, Isabel. *Bertha, Sophia e Rachel – A sociedade da verdade e o tráfico das polacas nas Américas*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2006.

WOLFF, S. *Espaço e educação*. 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 1992.

Submissão: Março de 2013

Publicação: Julho de 2013